

APRESENTAÇÃO

Alexsandro do Nascimento Santos¹

Gustavo Costa Dias²

A Constituição Federal de 1988 é um marco fundador de uma nova posição do Estado brasileiro no que diz respeito ao seu compromisso com a garantia plena da cidadania. Numa conjuntura social e histórica em que a luta pela superação da ditadura e em defesa da democracia reunia forças progressistas da sociedade, moldamos uma Carta Constituinte em que os direitos sociais são afirmados com ousadia e profundidade.

Essa ousadia e profundidade estabeleceram exigências bastante sérias para a reestruturação das políticas públicas, tanto em termos dos seus conteúdos e finalidades quanto no que diz respeito às dinâmicas de sua produção e implementação.

A partir da diretriz constitucional, em diversos setores da atividade do Estado o processo de atualização e reestruturação das políticas públicas foi experimentado com certas especificidades e desafios singulares. Pouco mais de trinta anos depois, somos convocados a pensar o que conseguimos consolidar do paradigma de estado de bem-estar social que orientou a Constituição, em quais campos estamos enfrentando o derretimento de seus princípios e em quais arenas estamos ainda em processo de construção das capacidades estatais para a materialização da cidadania emancipatória desejada na Assembleia Nacional Constituinte.

É buscando responder a tal convocação que o presente número da Revista Parlamento e Sociedade foi proposto, buscando acionar diferentes recortes epistemológicos e empíricos para questionar e apontar reflexões sobre os limites e horizontes das políticas sociais no Brasil como instrumentos capazes de fundar, sustentar e garantir a efetivação de direitos sociais.

O percurso desenhado nessa edição começa com uma entrevista, concedida pelo economista Ricardo Henriques, superintendente do Instituto Unibanco

1 Diretor-Presidente da Escola do Parlamento, Conselheiro Municipal de Educação de São Paulo e Professor do Programa de Pós-Graduação em Educação e do Mestrado Profissional em Formação de Gestores Educacionais da Universidade Cidade de São Paulo.

2 Diretor Acadêmico e Coordenador da Pós-Graduação da Escola do Parlamento. Mestre em Computação - Inteligência Artificial.

e ex-secretário executivo do Ministério da Ação Social, ex-secretário nacional de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão do Ministério da Educação e ex-secretário estadual de Assistência Social e Direitos Humanos do Governo do Estado do Rio de Janeiro.

A entrevista foi conduzida pelo professor Alexsandro Santos, diretor-presidente da Escola do Parlamento e tratou de temas como a agenda das políticas públicas para garantia dos direitos sociais; as iniciativas de políticas públicas da área social que têm se mostrado mais efetivas nos diferentes campos; os principais desafios enfrentados no processo de formulação do Programa Bolsa Família; a articulação da política social com a política econômica; o enfrentamento ao racismo estrutural; a parceria entre o mundo fundacional, o terceiro setor e o poder público e a relação entre a defesa da democracia e a possibilidade de construirmos e implementarmos políticas sociais.

Na sequência, a edição reúne artigos de pesquisadoras e pesquisadores de diferentes áreas do conhecimento para refletir sobre os direitos sociais e as políticas públicas. Os artigos foram produzidos num contexto específico: seus autores conduziram cursos de extensão universitária em suas áreas de especialização promovidos pela Escola do Parlamento ao longo dos anos de 2021 e 2022.

Em relação à realidade urbana das Cidades Brasileiras, Paulo Romano Reschilian nos provoca a pensar sobre as causas da não efetivação do Estatuto da Cidade, vigente há duas décadas.

No macrocampo das políticas de assistência e desenvolvimento social, Marcia de Assis Costa discute as políticas públicas voltadas à população em situação de rua, enfatizando a moradia como estruturante para o acesso aos demais direitos sociais. Carmen Sílvia Righetti Nóbile, por sua vez, aborda o Sistema Único da Assistência Social e os serviços socioassistenciais para crianças, adolescentes e jovens, e contextualiza os maiores desafios apontados pelos participantes do Curso de Extensão Universitária - Pedagogias do Social nos CCAS e CJS.

Alexandre Abdal, por sua vez, realiza uma reflexão crítica sobre a implementação do Programa Criança Feliz (PCF) pelos municípios e discute os resultados a partir da percepção dos atores locais e a elaboração de recomendações.

No macrocampo das políticas públicas voltadas às pessoas com deficiência, Roberto Gimenez promove uma reflexão sobre as relações entre os direitos de cidadania das pessoas com deficiência e apresenta ainda uma relação de elementos ou fatores que merecem destaque e visam contribuir de forma mais efetiva para assegurar esses direitos. Renata Flores Tibyriçá, por sua vez, analisa a jurisprudência atual do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (TJSP) sobre

a capacidade jurídica da pessoa com deficiência e a curatela. A pesquisa indica que existem posições contrária à Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (CDPD) e à Lei Brasileira de Inclusão (LBI).

Neste segundo semestre de 2022, o Brasil vivenciou eleições para os cargos executivos e legislativos em nível federal e estadual. O cenário experimentado durante o processo eleitoral revelou o esgarçamento da coesão social e explicitou o aprofundamento das desigualdades sociais, da pobreza e da exclusão. Esperamos que a publicação deste número da Revista Parlamento e Sociedade possa colaborar para o debate público democrático sobre os caminhos que precisamos trilhar, juntos, para enfrentar esses desafios. Particularmente porque sem reafirmar, consolidar e sustentar os direitos próprios da cidadania pactuados na Constituição de 1988, a democracia brasileira seguirá incompleta e insuficiente.